

Pela Democracia Popular

1. — A luta de classes em Portugal revestiu-se de características próprias. Encontramo-nos na quarta década da ditadura fascista. E, após várias manobras para forçar o povo e a classe operária a seguir a sua política, a burguesia no poder ensaia novos métodos.

Depois do terror e da destruição das organizações democráticas nos anos 30, em que a ditadura impôs a força o corporativismo sem «eleições»; depois da fase «eleitoral» do após guerra, após as forças democráticas realizarem um esforço de união, favorecidas pela vitória do «socialismo» e da democracia contra a reacção nazi-fascista; depois dos movimentos de massas do final dos anos 50 e inícios de 60 e a abertura das frentes de luta contra o domínio colonial; a burguesia reinante, engrossada com 45 anos de exploração, tenta aclimatar-se, de novo, às condições materiais que criou. Ela vai continuar a impor os seus privilégios, à custa seja do que for: da opressão, da brutalidade, do crime.

O sistema capitalista que tem existido em Portugal nos últimos cento e cinquenta anos, em constante e crescente dependência do imperialismo internacional, após ter representado, no seu início, uma fase progressiva do desenvolvimento da sociedade portuguesa, em relação ao feudalismo pré-existente, há muito que deixou de ter qualquer função progressiva. Ele só continua a predominar através da força, imposta contra a vontade popular, que aspira a uma sociedade mais justa eliminando os privilégios duma minoria.

As classes trabalhadoras tem, repetidamente, resistido à opressão fascista e procurado originar, em vista a derrubarem o poder dos seus opressores. Todavia, na hora actual, elas defrontam-se com a oposição de outras forças sociais que procuram amarrá-las a um programa de reformas dentro do quadro da exploração capitalista. Organizações «socialistas» de vários tons procuram utilizar a classe operária e demais trabalhadores enquanto força de pressão das suas reivindicações de renascimento do actual sistema. Outros propõem a chamada «democracia nacional», cujo programa não toca também na base do sistema de exploração do homem pelo homem, isto é, na propriedade privada, e limita-se a proclamar reformas que só favorecem as actuais classes.

Nos últimos anos, perante o crescimento do movimento popular, estas forças intermediárias tomaram nova aparência de modo a atraírem a si as forças populares menos conscientes. A burguesia liberal, representante das aspirações

da pequena e média burguesia, depois do movimento de massas de 1962-1963, que quebrou o resto de prestígio que ainda possuía junto das massas populares, resolveu apresentar-se como «socialista», escondendo os seus interesses capitalistas. Mas, quer a tendência que, reivindicando-se da «democracia», pretende continuar a exploração dos povos coloniais quer a que fala da «transformação estrutural do Estado e da sociedade» e da «instauração de uma ordem política democrática e a socialização dos sectores-chave da economia nacional», quer uma quer outra tendência estão condenadas ao insucesso. Como a experiência dos últimos cinquenta

anos para libertá-las da exploração capitalista. Pelo contrário, levando mais longe a sua oposição de interesses, para além de convencerem as massas populares a limitarem a lutas inferiores, sobretudo legais, estes reformistas colaboram noutras aventuras unitárias à treia dos liberais, puxando mais e mais o movimento popular para trás.

Ora propondo a aliança unem os «portugueses honrados» ora juntando-se aos «portugueses honestos» como sucedeu no caso da UPLN — organização que é o espelho fiel dessa política de compromisso — a linha de unidade destes reformistas banda o movimento popular. Colo-



ta anos tem mostrado, estas forças políticas não só se limitam a pressionar o fascismo, de modo a partilharem o seu poder e regalias, como, usando as forças populares nesse jogo, as impedem de caminhar livremente para os seus objectivos.

Mais recentemente, com a transformação operada na União Soviética por Kruchichev, vieram juntar-se aos reformistas tradicionais os partidários da «democracia nacional», que conservam ainda, do passado, uma certa ressonância nas classes trabalhadoras. Esta talitudo histórica não invalida, porém, que, hoje, eles não tenham um programa indepen-

dente os camponeses sob a direcção da burguesia republicana e dos democratas burgueses, deixando o movimento operário ser guiado pelos legalistas liberais, eles liquidam a unidade popular e votam ao desprezo as suas aspirações sociais e políticas.

Todas as condições específicas de Portugal fazem da burguesia liberal e dos reformistas uma força intermediária, interessada não na via revolucionária e popular mas, sim, na via dum reajustamento da «ordem» burguesa existente, da negociação de um compromisso com a grande burguesia e o imperialismo, que lhe permita sair da crise actual.

Pela Democracia Popular

(continuação)

Desta situação há uma lição a retirar: o movimento popular de massas não pode avançar enquanto permanece dependente das diversas forças reformistas que pactuam com a burguesia exploradora; do mesmo modo, o movimento democrático não se torna um verdadeiro movimento de massas enquanto não rejeitar o reformismo e do predomínio da burguesia liberal.

Por outro lado, a experiência dos últimos quarenta anos de luta antifascista contra o poder da burguesia e dos monopólios tem mostrado que é necessário passar a formas superiores de organização e de métodos de acção, através dum largo movimento de massas, audaz, intrépido e senhor de todos os segredos da luta.

3.- As condições materiais da sociedade portuguesa conduziram igualmente o movimento popular de massas à constatação de que só a democracia popular pode, na situação actual, realizar as suas aspirações. É preciso, para isso, desembaraçá-la das forças que o mantêm e constituir uma sólida aliança com as forças democráticas interessadas, estas, nas transformações profundas da revolução democrático-popular. Para garantir o seu sucesso, não basta partir duma plataforma antifascista vaga. É necessário que as forças populares tomem a cabeça da luta, agrupem à sua volta os partidários da democracia popular e paralizem a burguesia liberal e os reformistas, de forma a oporem-se com êxito ao poder fascista.

Só nestas condições é possível desencadear um amplo movimento democrático e popular e passar-se à aplicação dum programa político que mobilize os grandes sectores da população trabalhadora contra a exploração e opressão da burguesia do imperialismo e do fascismo. As condições objectivas, tanto externas como internas, com o imperialismo em crise profunda, a impopularidade das guerras coloniais, a inflação e a crise do sistema capitalista português, são favoráveis ao reagrupamento e união das forças populares. Porém, no momento presente, a sua preocupação deve centrar-se, ao mesmo tempo, na forma de forjar solidamente essa unidade.

Para isso, a fim de eliminar a base da exploração da burguesia seja sob que forma for, e caminhar para a libertação das classes trabalhadoras das garras da opressão milenária, o programa do movimento democrático e popular deve realçar inicialmente:

- a nacionalização de toda a propriedade da grande burguesia e do imperialismo; bancos, grande indus-

tria e grande comércio, transportes e comunicações, minas e energia;

- o controle sobre todas as empresas capitalistas não expropriadas; a confiscação de toda a terra que não pertença ao camponato, em proveito das famílias camponesas, individualmente ou organizadas em cooperativas;

- a criação dum forte sector estatal na agricultura;

No campo da política externa, o movimento democrático e popular deve incluir no seu programa o reconhecimento imediato da independência das colónias e a liquidação de todos os vestígios do colonialismo;

- a aliança sólida com os países do campo socialista e com o movimento mundial anti imperialista;

- o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países que aceitem o princípio de relações num pé de igualdade, de respeito e interesse mútuos;

- a denúncia de todos os tratados e acordos militares desiguais estabelecidos com os países imperialistas e governos reacccionários.

Estas tarefas que se põem ao movimento democrático e popular na hora presente.

Unamo-nos à volta de objectivos concretos que ponham em prática o programa democrático-popular!

Abaixo o fascismo e a exploração burguesa!

Abaixo a democracia burguesa e o reformismo!

Viva o movimento democrático e popular!

Viva a Revolução Democrático-Popular!

TESES

1. - O fascismo salazarista e cetenista, sob a forma duma amalgama de corporativismo, foi a forma de que se revestiu o sistema capitalista em Portugal, após o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. É um sistema que se opõe às liberdades democráticas mais elementares, incapaz de promover o bem estar da maioria da população portuguesa, e deve ser radical e irremediavelmente condenado pelas forças populares.

2. - A burguesia liberal e outros reformistas defensores da etapa da chamada «revolução democrática e nacional» são forças auxiliares da burguesia que impedem a realização das aspirações das classes trabalhadoras. O movimento popular de massas deve desembaraçar-se da sua tutela de modo a fazer triunfar o seu programa político na base duma sólida unidade popular.

3. - O programa do movimento democrático e popular deve conter as medidas necessárias que garantam a libertação progressiva das cadeias que oprimem as classes trabalhadoras, correspondendo às suas mais profundas aspirações. Para garantir o êxito do seu programa as forças populares tem que pôr-se à cabeça do movimento e aliar-se às outras forças sociais interessadas na democracia popular.

Paris, 5 de Março de 1973

«O Salto»

Jornal dos Trabalhadores Portugueses Emigrados

Democracia para uma minoria infensa, democracia para os ricos, tal é o desmascaramento da sociedade capitalista, se se considerar mais de perto o mecanismo da democracia capitalista, ver-se-á em todo o lado, nas «coisas menores», nos pormenores pormenores mínimos da legislação eleitoral (condições de residência, exclusão das mulheres, etc.), no funcionamento das instituições representativas, nos obstáculos efectivos ao direito de reunião nos edifícios públicos não são para os «pobres» (pobres!), na organização puramente capitalista da imprensa quotidiana, etc., etc., - ver-se-á restrição atrás de restrição ao desmascaramento. Estas restrições, eliminação, expulsões, obstáculos para os pobres parecem insignificantes, sobretudo aos olhos daqueles que nunca tiveram necessidades e nunca se aproximaram das classes oprimidas nem da vida das massas que as compõem (e esse é o caso de nove décimos, senão de noventa e nove centésimos, dos publicitários e políticos burgueses). - mas, somadas, estas restrições excluem, rejeitam os pobres da política, da participação activa na democracia.

Mary põe perfeitamente em evidência este traço essencial da democracia capitalista, quando disse na análise que fez da experiência da Comuna: autizam-se os oprimidos, uma vez em vários anos, a decidir qual terá, dentre os representantes da classe opressora, aquele que no Parlamento os representará e escutará.

Mas a mancha em frente, a partir desta democracia capitalista - inevitavelmente acanhada, repleta de simuladamente os pobres, e, como consequência, radicalmente hipócrita e enganadora - não rondar simplesmente, directamente e sem choques, - para uma democracia cada vez mais perfeita -, como imaginam os professores liberais e os oportunistas pequenos burgueses. Não. A mancha em frente, quer dizer, para o comunismo, far-se passando pela ditadura do proletariado; e não se pode fazer contra mancha, porque não há outras classes nem outros meios para quebrar a resistência dos capitalistas exploradores.

Diz, a ditadura do proletariado, quer dizer, a organização da vanguarda dos oprimidos em classe dominante para reprimir os opressores, não se pode limitar a um simples alargamento da democracia. Ao mesmo tempo que é um alargamento considerável da democracia, tornada pela primeira vez democracia para os pobres, democracia para o povo e não para os ricos, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade para os opressores, para os exploradores, para os capitalistas. Esses, não devemos oprimidos, a fim de libertar a humanidade da escravatura avastada; é preciso quebrar a sua resistência pela força; é, pois, evidente que lá onde há repressão e violência, não há liberdade nem democracia.

V.I. Lênine, *O Estado e a Revolução*, Obras Escollidas, pp. 232-233, Edição em Língua Estrangeira, Moscova, 1947. Ed. francesa.